



UMA LEITURA CRÍTICA DOS CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO E TERRITÓRIO¹

Nathan Pereira Dourado ²
Guiomar Inez Germani ³

RESUMO

O presente trabalho visa contribuir no debate teórico-conceitual sobre os conceitos de desenvolvimento e território, como resultado de uma reflexão construída a partir da revisão bibliográfica crítica destes conceitos, no âmbito da pesquisa de doutorado do autor (em andamento). Parte-se do pressuposto de que os conceitos de desenvolvimento e território são importantes aportes teórico-metodológicos para analisar o objeto de estudo da tese de doutorado do autor, a saber: o processo de territorialização da agroecologia e a construção do bem viver em áreas de reforma agrária. Este ensaio apresenta uma leitura crítica dos conceitos em questão, a partir de uma perspectiva pós-desenvolvimentista e descolonial, visando ampliar o quadro de debates acerca dos conceitos.

Palavras-chave: Territorialização, Territorialidade, Pós-desenvolvimento, Decolonialidade.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo contribuir al debate teórico-conceptual sobre los conceptos de desarrollo y territorio, como resultado de una reflexión construida a partir de la revisión bibliográfica crítica de estos conceptos, en el ámbito de la investigación doctoral del autor (en curso). Se asume que los conceptos de desarrollo y territorio son importantes aportes teórico-metodológicos para analizar el objeto de estudio de la tesis, a saber: el proceso de territorialización de la agroecología y la construcción del buen vivir en áreas de reforma agraria. El objetivo es realizar una lectura crítica de los conceptos en cuestión, desde una perspectiva posdesarrollista y decolonial, con el fin de ampliar el marco de debates sobre los conceptos.

Palabras clave: Territorialización, Territorialidad, Posdesarrollo, Descolonialidad.

INTRODUÇÃO

Este ensaio é resultado de uma reflexão teórica construída com base na pesquisa bibliográfica de autores que trabalham com a temática em questão, alicerçados em uma

¹ Trabalho apresentado à disciplina de Teorias em Geografia, ministrada pela professora Catherine Prost do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

² Doutorando do Curso de Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), npdourado@hotmail.com;

³ Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), guio_ufba@yahoo.com.br.



perspectiva crítica. As discussões levantadas inserem-se no desenvolvimento da tese do autor. Parte-se do pressuposto de que os conceitos de desenvolvimento e território são importantes aportes teórico-metodológicos para analisar o objeto de investigação da tese de doutorado, a saber: o processo de territorialização da agroecologia e a construção do bem viver em áreas de reforma agrária. O trabalho busca analisar as contradições do desenvolvimento e fazer uma leitura crítica do conceito de território, a partir de uma perspectiva pós-desenvolvimentista e descolonial, visando, assim, ampliar o quadro de debates acerca dos dois conceitos.

A imbricação entre o fenômeno do desenvolvimento e a lógica expansiva do capital, assim como a forma que se empreendem os discursos e práticas desenvolvimentistas – de cima para baixo – através de uma universalização colonizadora (antropocêntrica, patriarcal, racista e utilitarista) é o ponto de partida para este debate e nos coloca o desafio de romper com a própria ideia de desenvolvimento, e, portanto, passar dos desenvolvimentos alternativos para as alternativas ao desenvolvimento – em um sentido mais amplo (PORTO-GONÇALVES, 2006; GUDYNAS; ACOSTA, 2011; ACOSTA, 2016; SANTOS, 2016; GUDYNAS, 2019). Afinal, para que e a quem serve o desenvolvimento? E se o desenvolvimento, em vez de ser a solução para os problemas da sociedade fosse ele mesmo um problema?

Em nossa reflexão, o desenvolvimento é entendido como uma invenção, um construto historicamente criado⁴ a partir da visão de mundo da classe dominante dos países considerados avançados, como uma estratégia de legitimar a expansão do capitalismo – caracterizado pela apropriação privada da riqueza socialmente gerada⁵ e pela exploração desenfreada da natureza. Em decorrência deste entendimento, o fenômeno do desenvolvimento passa a ser visto como uma estratégia de reprodução do capital, de controle social e de imposição de um determinado modelo cultural e visão de mundo (ESCOBAR, 2007; ESTEVA, 2000; SACHS, 2000; GOMEZ, 2006). Nesse sentido, “desenvolver é desterritorializar” (PORTO-GONÇALVES, 2009, p.12), por isso, a discussão sobre a crise do desenvolvimento deve vir acompanhada do debate sobre o conceito de território.

⁴ Que carrega em si aspectos próprios do contexto socio-geográfico em que foi gestado e, portanto, está longe de corresponder às aspirações universais.

⁵ De acordo com relatório da Oxfam (2018), os 1% mais ricos acumularam 82% da riqueza criada no ano de 2017. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/pressroom/pressreleases/2018-01-22/richest-1-percent-bagged-82-percent-wealth-created-last-year>



A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento é um termo que passou a ser empregado oficialmente nos discursos e nas práticas políticas, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, em decorrência do colapso dos poderes coloniais e do desencanto com o conceito de “progresso” – seu antecessor. O conceito surgiu a partir da motivação política dos países ricos e industrializados – do Norte global – liderados pelos Estados Unidos⁶, em intervir para elevar os níveis de desenvolvimento dos países periféricos e considerados atrasados – do Sul global – como uma estratégia de controle social e como uma forma de impor uma visão de mundo e uma nova dinâmica de acumulação do capital (SACHS, 2000; ESTEVA, 2000; PORTO-GONÇALVES, 2006, 2009; ESCOBAR, 2007; ACOSTA, 2016).

O subdesenvolvimento começou, assim, em 20 de janeiro de 1949 [discurso do presidente Truman]. Naquele dia, dois bilhões de pessoas passaram a ser subdesenvolvidas. Em um sentido, muito real daquele momento em diante, deixaram de ser o que eram antes, em toda sua diversidade, e foram transformados magicamente em uma imagem inversa da realidade alheia: uma imagem que os diminui e os envia para o fim da fila (ESTEVA, 2000, p. 60).

Com isso, desde então:

Os modos de organizar a sociedade e a economia, os modos de conceber o mundo e de estar nele, os conhecimentos e saberes de grande parte da população mundial foram desqualificados como pobres, atrasados, insuficientes, por uma única razão: existiam por fora do sistema de produção e dos mercados capitalistas. Essa é a meta do “desenvolvimento”: incluir territórios não totalmente permeados pelas lógicas e práticas capitalistas aos circuitos de acumulação de capital; transformar populações em consumidores, camponeses de subsistência em assalariados ou informais, bens naturais em *commodities*, propriedade coletiva em privada e vendável (LANG, 2016, p. 31).

Correntemente o conceito de desenvolvimento é visto como algo benéfico, estando sempre associado às melhores intenções e a uma condição desejada – de

⁶ A partir do famoso discurso feito pelo Presidente Harry Truman, em 1949, no qual a pobreza e exclusão foram interpretadas como efeitos do atraso dos países denominados subdesenvolvidos.



desenvolvido –, de modo que acaba sendo naturalizado e entendido como um processo inexorável para passar de uma dada situação para outra melhor; por isso, está tão presente nos discursos políticos como um poderoso mobilizador e como uma ideia-força (SACHS, 2000; GÓMEZ, 2006; PORTO-GONÇALVES, 2006), visto que, “ocupa o centro de uma constelação semântica incrivelmente poderosa” (ESTEVA, 2000 p. 61). Deste modo, configura-se como uma noção quase que incontestável ao senso comum, que passou a ser uma espécie de meta universal a ser perseguida. Para Sachs (2000, p. 12), “o desenvolvimento é muito mais que um simples empreendimento socioeconômico; é uma percepção que molda a realidade, um mito que conforta sociedades, uma fantasia que desencadeia paixões”.

Por outro lado, concretamente pensando, o fenômeno do desenvolvimento, em curso no mundo globalizado, pode ser considerado extremamente contraditório e questionável, pois, ao mesmo tempo que alcançou expressivos níveis de crescimento econômico⁷, com avanços científicos e tecnológicos surpreendentes, manteve por outro lado, níveis crescentes de pobreza⁸, agravamento da desigualdade na distribuição de riqueza e poder⁹, erosão da diversidade cultural, devastação da natureza e incontáveis conflitos socioterritoriais. Atualmente, vemos que, após séculos de progresso e décadas de desenvolvimento, a humanidade segue mais desigual e o planeta mais vulnerável. Porém, apesar do seu aparente fracasso, ainda persiste a crença neste modelo de sociedade (PORTO-GONÇALVES, 2006; GÓMEZ, 2006; ACOSTA, 2016; GUDYNAS, 2019).

Com a constatação dos limites do desenvolvimento – haja vista o aprofundamento das desigualdades e pobreza no mundo, a crescente degradação dos bens da natureza e a emergência climática – começaram a surgir, a partir da década de 1960, abordagens alternativas de desenvolvimento, “[...] começou-se a repensar suas ferramentas e seus indicadores, mas não seu conceito” (ACOSTA, 2016, p. 60). Com isso, o desenvolvimento passou a assumir novos adjetivos/sobrenomes para diferenciá-lo¹⁰ e

⁷ O crescimento acelerado da economia no pós-guerra (1945-1975) é consagrado na literatura como “os gloriosos trinta anos”.

⁸ De acordo com dados do Banco Mundial, estima-se que 83 milhões de pessoas precisaram de assistência alimentar de emergência em 2017, 70% a mais que em 2015. Dados disponíveis no site www.bancomundial.org.

⁹ Dados do relatório de 2017 da Oxfam sobre desigualdades no mundo, revelam que no mundo, o 1% mais rico da população possui a mesma riqueza que os outros 99% da população, sendo que mais de 700 milhões de pessoas vivem em situação de extrema pobreza.

¹⁰ Como por exemplo: desenvolvimento local, desenvolvimento participativo, desenvolvimento sustentável etc.



foram feitas algumas reformulações nos discursos e nas práticas, a partir dos ideais de participação, inclusão e sustentabilidade, porém, tais mudanças não passaram de “melhorarias cosméticas” (SOUZA, 2000, p.103) e “marketing social” (GÓMEZ, 2006); pois, o conceito permaneceu arraigado ao modelo civilizatório capitalista moderno-colonial. Eis que o surgimento de novas abordagens e tipos de desenvolvimento serviram, até o momento, para mascarar os efeitos prejudiciais da lógica de reprodução capitalista, renovar promessas e promover ajustes necessários para perpetuar a mesma lógica, como meras tentativas de amenizar os efeitos destrutivos do capital em relação ao ser humano e à natureza (RIST, 2002; SACHS, 2000; ESTEVA, 2000; GÓMEZ, 2006; PORTO-GONÇALVES, 2006; ESCOBAR, 2007; ACOSTA, 2016), “[...] enfim, como estratégia de controle social, o desenvolvimento vai mudando, para que no fundo, nada mude” (GÓMEZ, 2006, p. 402).

É verdade que o desenvolvimento é diversificado e possui várias correntes, umas melhores e outras piores, umas que possibilitam algumas melhoras e outras que sempre as impedem. Mas, da perspectiva dessa nova crítica, o foco está colocado nesse núcleo básico de ideias e posturas verificadas em todas as correntes (GUDYNAS, 2019, p. 263).

Em contraponto, Souza (2000), propõe redefinir a questão do desenvolvimento a partir das ideias de autonomia e territorialidade autônoma, como um novo projeto/horizonte de pensamento/ação, aplicável nas mais diferentes escalas. Para o autor “uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território” (p. 106).

O GIRO DECOLONIAL E A EMERGÊNCIA DO BEM VIVER

De outra forma, pensadores vinculados às correntes teóricas do pós-desenvolvimento e do pensamento decolonial, defendem que em vez de insistir na busca por formas de “desenvolvimentos alternativos” se deveria construir “alternativas ao desenvolvimento”, a fim de desconstruir e romper com o discurso do desenvolvimento – que se coloca como único caminho possível – para visibilizar outros caminhos que estão sendo trilhados (ESCOBAR, 2007, 2014; ESTEVA, 2010; PORTO-GONÇALVES, 2006, 2009, 2015; GUDYNAS; ACOSTA, 2011; ACOSTA, 2016; LANG, 2016;



GUDYNAS, 2019). Ou seja, “alternativas em um sentido mais profundo, que buscam romper com as bases culturais e ideológicas do desenvolvimento contemporâneo” (GUDYNAS; ACOSTA, 2011, p. 75, tradução nossa) visando a concretizar maneiras outras de compreender e de organizar a vida e o território. Nessa perspectiva, Gudynas (2011) aponta para o Bem Viver¹¹ como uma das possíveis respostas às críticas substanciais do pós-desenvolvimento e do pensamento decolonial, e como um exemplo concreto de alternativa ao desenvolvimento:

O Bem Viver implica em mudanças profundas nas concepções de desenvolvimento, que vão além de meras correções ou ajustes. Não é suficiente buscar “desenvolvimentos alternativos”, uma vez que estes se mantêm dentro da mesma lógica para compreender o progresso, o uso da natureza e as relações entre os seres humanos. Em vez de se discutir “alternativas de desenvolvimento” se deveria construir “alternativas ao desenvolvimento” (GUDYNAS, 2011, p. 3).

Nesse sentido, em consonância com o entendimento de que a atual crise civilizatória¹² tem como suas principais causas a própria racionalidade da modernidade ocidental, a sua ideologia desenvolvimentista, e a “universalização colonizadora de um sistema técnico-científico a serviço da dinâmica da acumulação incessante de capital” (PORTO-GONÇALVES, 2015, p.6), torna-se necessário promover uma descolonização epistêmica do pensamento-ação hegemônico, através da afirmação de outras formas de pensamento-ação crítico e insubordinado (ESCOBAR, 2007; PORTO-GONÇALVES, 2006, 2015; ACOSTA, 2016; QUIJANO, 2012; SANTOS, 2016; SVAMPA, 2019).

A produção de um pensamento alternativo ao do padrão hegemônico de desenvolvimento capitalista moderno-colonial, perpassa pelas “epistemologias do sul”¹³ (SANTOS; MENEZES, 2010) e/ou “epistemologias fronteiriças” (MIGNOLO, 2003) e

¹¹ O termo Bem Viver (Buen Vivir), corresponde às noções de “Sumak Kawsay” na língua Quéchuá, “Suma Qamaña” em Aymara e “Nhandereko” em Guarani (ACOSTA, 2016; GUDYNAS, 2011; SVAMPA, 2019).

¹² “Uma crise dos modos hegemônicos de compreensão do mundo, do conhecimento científico e da razão tecnoeconômica que se institucionalizou no mundo globalizado, interferindo com os cursos naturais da vida na biosfera e se desprendendo das condições de sustentabilidade da vida humana no planeta” (LEFF, 2021, p. 393).

¹³ Termo cunhado por Boaventura de Sousa Santos, é uma metáfora que se refere ao conjunto de saberes e práticas dos povos e culturas do Sul global, que ao longo da história, foram silenciados, subjugados e dominados pelo capitalismo moderno-colonial. O referido autor propõe repensar o mundo a partir do Sul e com o Sul, para lidar com os desafios complexos do atual momento histórico (SANTOS; MENEZES, 2010).



requer um ato de “desobediência política e epistêmica” (MIGNOLO, 2008) contra a “colonialidade do poder, do saber e do ser” (QUIJANO, 2015; MALDONADO-TORRES, 2020) ao reconhecer e afirmar outras matrizes de racionalidade oriundas de “grupos-classes sociais/etnias/povos/nacionalidades que têm em comum a condição de subalternização no contexto das relações sociais e de poder do sistema mundo capitalista moderno-colonial patriarcal” (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 2).

Esse processo se dá, portanto, a partir de novos lugares de enunciação, do olhar da periferia do sistema mundo – “áreas subdesenvolvidas” –, onde se manifesta um profundo descontentamento com o discurso desenvolvimentista hegemônico e a pretensa superioridade e universalidade do saber moderno-colonial. Com isso, ocorre uma revalorização das culturas, saberes, experiências, cosmovisões, instituições e capacidades locais/tradicionais, bem como a resistência dos movimentos sociais em busca de autonomia e emancipação, assim como outros projetos civilizatórios e horizontes pós-desenvolvimentistas (QUIJANO, 2005, 2012; PORTO-GONÇALVES, 2006, 2015; SANTOS, 2016; ACOSTA, 2016; ESCOBAR, 2014; SVAMPA, 2019), constituindo um “novo léxico teórico político” (PORTO-GONÇALVES, 2015) ao expressar “novas gramáticas de luta” (SVAMPA, 2010; ESCOBAR, 2014), na qual o território é categoria-chave, tanto na defesa como na construção de territorialidades contra-hegemônicas.

É nesse contexto que se emerge a noção de Bem Viver, a partir da cosmovisão dos povos subalternizados, historicamente marginalizados pelo processo de desenvolvimento capitalista e que, deixados para trás na lógica linear do desenvolvimento, empreendem a experiência de reproduzir a vida fora da racionalidade dominante. Dito de outro modo, para esses povos a independência e a busca por autonomia deve ser não só um processo político, que é, mas também epistêmico (PORTO-GONÇALVES, 2015). E apesar das dificuldades enfrentadas pelos países denominados “subdesenvolvidos” serem inquestionáveis, existem formas diversas de ler os problemas e de enfrentá-los. Nesse sentido, de acordo com Max-Neef (2012, p.38):

Setores marginalizados pela crise e naqueles grupos que desafiam os sistemas dominantes de desenvolvimento, é que são gerados processos autônomos [...] É nestes setores onde podemos achar exemplos de comportamentos sinérgicos que oferecem, de alguma maneira, a semente para uma possível resposta à crise que nos ameaça.



Assim sendo, os conhecimentos e as práticas dos povos e comunidades em movimento e de muitos movimentos sociais em luta estão na dianteira das transições sociais, e ganham uma relevância incomum na (re)construção de mundos diante da atual crise civilizatória que a humanidade enfrenta (PORTO-GONÇALVES, 2006, 2015; SANTOS, 2016; ACOSTA, 2016; ESCOBAR, 2014; LANG, 2016; SVAMPA, 2019).

O Bem Viver, portanto, se projeta como uma crítica ao desenvolvimento e uma proposta concreta de mudança civilizacional. A sua manifestação pode ser encarada como uma mudança de perspectiva ética, moral e intelectual para um novo projeto de sociedade, que se dá a partir de outra visão de mundo não alinhada a da classe dominante, pois entende-se que “é imprescindível construir modos de vida que não sejam regidos pela acumulação do capital” (ACOSTA, 2016, p. 28). Dessa forma, o Bem Viver é construído a partir de posições que demandam novas formas de relação do ser humano entre si e com a natureza, antagônicos ao paradigma do desenvolvimento capitalista (GUDYNAS; ACOSTA, 2011; ESTERMANN, 2012; QUIJANO, 2012; ACOSTA, 2016; SVAMPA, 2019), conforme sintetizado no quadro abaixo.

Quadro 1 - Uma síntese entre os distintos paradigmas

Desenvolvimento capitalista	Bem Viver
Antropocêntrico	Biocêntrico
Universalidade	Pluriversalidade
Individualismo	Comunitarismo
Linearidade e progressividade do tempo	Ciclicidade
Ontologia dualista	Ontologia relacional
Competição	Cooperação
Natureza como objeto a ser dominado e explorado	Natureza como organismo vivo, um Bem Comum e fonte de vida: “Pacha Mama”
Crescimento econômico e financeiro ilimitado	Limites ao crescimento
Livre Mercado	Mercado com vistas a servir à sociedade e não o contrário.
Ciência da dominação	Ciência do cuidado
Prioriza o valor de troca da produção	Recupera o valor de uso da produção



Fonte: Elaboração própria, a partir de Gudynas e Acosta (2011); Estermann (2012); Quijano (2012); Escobar (2014) e Acosta (2016).

Atualmente, a discussão sobre o Bem Viver está adentrando nos debates acadêmicos e políticos, como um novo horizonte de sentido histórico, num momento em que a humanidade enfrenta uma crise sistêmica de alcance global, estreitamente vinculada à expansão do modelo civilizatório do capitalismo moderno-colonial em sua fase neoliberal (GUDYNAS; ACOSTA, 2011; ESCOBAR, 2014; ACOSTA, 2016; SVAMPA, 2019). O Bem Viver (Buen Vivir/ Vivir Bien) ganhou visibilidade ao assumir a centralidade nas novas constituintes do Equador (2008) e da Bolívia (2009), como objetivo social a ser perseguido pelo Estado e por toda a sociedade¹⁴, sendo apresentada como “derechos del Buen Vivir” no Equador, e uma tentativa de passar do “regime do desenvolvimento” para o “regime do Bem Viver” na Bolívia (GUDYNAS; ACOSTA, 2011; ACOSTA, 2016; SANTOS, 2016).

De acordo com Gudynas e Acosta (2011), o Bem Viver pode ser entendido como “uma plataforma política para construção de alternativas ao desenvolvimento” (p. 73, tradução nossa) e de encontro de diferentes maneiras de entender o mundo e o nosso papel nele, a partir de uma perspectiva decolonial, contrariando a linearidade e universalidade do desenvolvimento e da modernidade/colonialidade (ESCOBAR, 2014). Devido ao seu caráter relativista, não existe uma proposta totalmente elaborada, nem uma visão única de Bem Viver, isso nos obriga a falar em “bons conviveres”.

Se o desenvolvimento trata de ocidentalizar a vida no planeta, o Bem Viver resgata as diversidades, valoriza e respeita as diferenças[...] O Bem Viver é eminentemente subversivo. Propõe saídas descolonizadoras em todos os âmbitos da vida humana. Não é um simples conceito, é uma vivência (ACOSTA, 2016, p. 82).

De acordo com Acosta (2016, p.38): “A proposta do Bem Viver, desde que assumida ativamente pela sociedade, pode projetar-se com força nos debates mundiais”. Porém, certamente, o Bem Viver por si só não será suficiente para superar, e tampouco

¹⁴ Já adiantamos aqui, que há contradições entre as propostas de Buen Vivir e o modelo econômico adotado nestes países. A inclusão do Bem Viver (Buen Vivir) nas constituições do Equador e da Bolívia, até hoje não alterou na prática os padrões de produção capitalista, porém têm gerado novos discursos e práticas que indicam caminhos para uma transição para outra forma de organização da produção e da sociedade.



engendrar mudanças profundas, dentro do capitalismo – um sistema que é, em essência, promotor de desigualdades e devastação da natureza. Mas isso, “[...] não implica que primeiro se deva sair do capitalismo para só então impulsioná-lo” (ACOSTA, 2016, p. 73). Trata-se das lutas que seguem sendo feitas nos territórios, dentro e a partir das possibilidades reais dadas, por isso, síntese das contradições. Nesse sentido, os conhecimentos dos povos em movimento, das comunidades em resistência e de muitos movimentos sociais estão na dianteira do pensamento para as transições e ganham relevância diante da atual crise civilizatória.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CONCEITO DE TERRITÓRIO

O território é uma categoria-chave, tanto na defesa como na construção de territorialidades contra hegemônicas, de modo de que a expansão da agroecologia e a construção do Bem Viver perpassam pela questão territorial, por se tratar de uma problemática relacional que envolve relações de poder, processos de luta, enfrentamento, mobilização, resistência, autonomia e cooperação. “O território, assim, resulta como conteúdo, meio e processo de relações sociais. Essas relações sociais substantivam o território” (DEMATTEIS, 2020, p. 8). De acordo com RAFFESTIN (1993, p. 158): “os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial, por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas”.

Esse caminho teórico-metodológico implica uma postura política e ideológica diante da problemática territorial de dominação social, contrapondo-se e orientando a elaboração de projetos alternativos (contra-hegemônicos e descoloniais) que reconheçam a produção ecológica de alimentos, a autonomia decisória, a recuperação e a preservação ambiental, entre outros fenômenos e processos populares (SAQUET, 2020, p. 24).

Em nossa análise, o conceito de território ultrapassa a definição clássica¹⁵ – limitada e reducionista – conforme a crítica feita por Souza (2000), buscando compreendê-lo a partir das “relações sociais projetadas no espaço” (p. 87), baseado numa

¹⁵ Concebido com base na atuação do Estado-Nação, e o território visto como suporte ou conjunto de recursos naturais. Nessa perspectiva, o poder é circunscrito ao Estado-Nação e não se entendendo ao conjunto das relações sociais (SOUZA, 2000; SAQUET, 2020).



perspectiva histórica, relacional, multidimensional e multiescalar (SACK, 1986; RAFFESTIN, 1993; SOUZA, 2000; HAESBAERT, 2004, 2007; 2021; FERNANDES, 2008; SAQUET, 2020).

Daí o território, como categoria que reúne natureza e cultura através das relações de poder sobre as condições materiais da vida. Com isso, desnaturalizam o conceito de território, até então “base natural do Estado”. Com isso, sinalizam que no mesmo estado territorial habitam múltiplas territorialidades e que não há território que não seja fruto de um processo de territorialização entre diferentes sentidos – territorialidades - para estar com a terra (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 7).

O conceito de território deve ser compreendido enquanto processo social, de apropriação do espaço (material e simbolicamente), como instrumento de exercício do poder¹⁶ e como campo de forças (RAFFESTIN, 1993; SOUZA, 2000; HAESBAERT, 2004, 2007; FERNANDES, 2008; SVAMPA, 2019; SAQUET, 2020). O conceito de território pode ser melhor compreendido a partir da leitura, não estática, dos processos de des-re-territorialização (HAESBAERT, 2004), que incorpora o movimento, as temporalidades e a pluralidade de agentes (hegemônicos ou subalternizados), deste modo, a “desterritorialização que ocorre numa escala geográfica geralmente implica uma reterritorialização em outra” (HAESBAERT, 2002, p. 133). Para Milton Santos (2000), o território usado “é tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas [...] como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes” (p.104).

Saquet (2020), ao estudar as diferentes perspectivas epistemológicas, que resultam em distintas abordagens e concepções sobre o conceito de território, identifica quatro tendências e/ou perspectivas de abordagem do território:

a) uma, eminentemente econômica, sob o materialismo histórico e dialético, na qual se entende o território a partir das relações de produção e das forças produtivas; b) outra, pautada na dimensão geopolítica do território; c) a terceira dando ênfase às dimensões política e cultural, simbólico-identitária, tratando das representações sociais, centrada na fenomenologia, e d) a última, que ganha força a partir dos anos 1990, voltada às discussões sobre a sustentabilidade

¹⁶ Tanto no sentido mais explícito, de dominação político-econômica mais concreto e funcional, quanto no sentido de apropriação mais subjetiva e/ou cultural – simbólica (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2004).



ambiental e ao desenvolvimento local, tentando articular, ao mesmo tempo, conhecimentos e experiências de maneira interdisciplinar (SAQUET, 2020, p. 15).

O território assume distintos significados para diferentes grupos sociais (SAQUET, 2020; FERNANDES, 2008), produz funções e significações diferentes (HAESBAERT, 2007); por exemplo: para o agronegócio o território possui um sentido utilitarista – receptáculo de investimentos econômicos e reprodução ampliada do capital –, enquanto que para os grupos subalternizados, o território vai muito além de um recurso, é abrigo, pertencimento, identidade, segurança ontológica, referência material e simbólica (FERNANDES, 2008; ESCOBAR, 2015; CRUZ, 2020). Tem-se, assim, tensões de territorialidades, entre a lógica hegemônica e as lógicas subalternas (PORTO-GONÇALVES, 2009; ESCOBAR, 2015; CRUZ, 2020).

Os conflitos e as tensões territoriais são resultantes dos antagonismos entre os diferentes *sentidos de território* para os diferentes agentes que competem para se territorializarem no espaço. Vale pensar que entender *os sentidos de território*, a partir das práticas espaciais de poder, das intencionalidades das ações dos diferentes agentes, é uma chave analítica crucial para uma renovação metodológica e política do debate sobre o conceito de território (CRUZ, 2020, p. 164).

Para Haesbaert (2020), a categoria de território pode ser tratada a partir de três formas: 1) categoria da prática, 2) categoria normativa e 3) categoria de análise. No sentido da prática (ou práxis), o território é utilizado como ferramenta de mobilização e de luta política pelos diversos grupos sociais, em especial os subalternos latino-americanos (SVAMPA, 2019; PORTO-GONÇALVES, 2015; ESCOBAR, 2015; HAESBAERT, 2020). “Esses grupos de longa data transformam o espaço e elaboram territorialidades pautadas num outro sentido, o do território como território de vida, condição da própria existência do grupo” (HAESBAERT, 2020, p. 143). De acordo com Svampa (2019, p. 56), “o território aparece como um espaço de resistência e, cada vez mais, como um lugar de resignificação e criação de relações sociais”.

Com relação ao conceito de territorialidade, Sack (2011) afirma que a territorialidade está intimamente relacionada a como as pessoas usam a terra, como elas se organizam no espaço e como dão sentido aos lugares, podendo ser entendido como: “a tentativa por um indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar ou controlar pessoas,



fenômenos e relações, através da delimitação e da afirmação do controle sobre uma área geográfica. Essa área será chamada de território” (SACK, 2011, p. 76). Deste modo, a territorialidade não é apenas um meio de criar e manter o controle sobre uma determinada área, é também um meio pelo qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significados (RAFFESTIN, 1993; SACK, 2011).

A territorialização da agricultura capitalista e a territorialização da agroecologia promovem modelos de desenvolvimento distintos e projetos de vida antagônicos (FERNANDES, 2008). Nesse sentido, Porto-Gonçalves (2015, p.8) afirma que “não há território que não seja fruto de um processo de territorialização entre diferentes sentidos – territorialidades – para estar com a terra”. Trata-se, portanto, embates econômicos, políticos, cosmológicos, identitários e morais, que nem sempre são visíveis, conflitos de racionalidade e perspectiva de vida, que Escobar (2014, 2015) denomina de “lutas ontológicas”.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos do curso de doutorado.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos.**

Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, 2016. 257 p.

CRUZ, V. C. Da produção do espaço ao governo do espaço: deslocamentos metodológicos para uma abordagem territorial. In: LIMONAD, E, BARBOSA, J. L. (orgs.) **Geografias, Reflexões Conceituais, Leituras da Ciência Geográfica, Estudos Geográficos.** São Paulo: Max Limonad, 2020.

DEMATTEIS, G. O território: uma oportunidade para repensar a geografia. In: SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre território.** 5. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2020. p. 7-11.

ESCOBAR, A. **La invención del Tercer Mundo:** Construcción y deconstrucción del desarrollo. Caracas: Fundación Editorial El Perro y La Rana, 2007.

ESCOBAR, A. **Sentipensar con la tierra:** Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.



- ESCOBAR, A. Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 35, 2015.
- ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). **Dicionário do desenvolvimento**. Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 59-83.
- FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. In PAULINO, E.T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo Expressão Popular, 2008. p. 273-302.
- GÓMEZ, J. R. M. **Desenvolvimento em (des)construção**: Narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. 2006. 434 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UNESP, Presidente Prudente, 2006.
- GUDYNAS, E.; ACOSTA, A. La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. **Utopía y Praxis Latinoamericana**. Año 16. Nº 53 p. 71 – 83. 2011.
- GUDYNAS, E. **Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais**. São Paulo: Elefante, 2019.
- HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. Niterói: Eduff; São Paulo: Contexto, 2002.
- HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**: do fim dos territórios a multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.
- HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia** (UFF), v.17, 2007, p. 19-45
- HAESBAERT, R. Território(s) numa perspectiva latino-americana. **Journal of Latin American Geography**, Volume 19, Número 1, pp. 141-151, 2020.
- MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- MIGNOLO, W. **Histórias locais / Projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, n. 34, 2008, p. 287-324
- PORTO-GONÇALVES, C.W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 625p.
- PORTO-GONÇALVES, C.W. Del desarrollo a la autonomía: la reinención de los territorios. **América Latina en Movimiento**, n. 445, 2009.
- PORTO-GONÇALVES, C.W. Pela Vida, pela Dignidade e pelo Território: Um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina. **Polis: Revista Latinoamericana**, Santiago, v. 14, n. 41, 2015.



QUIJANO, A. A colonialidade de poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, A. “Bien vivir”: entre el “desarrollo” y la des/colonialidad del poder. **Viento Sur**, Madrid, 11, mayo 2012.

RAFFESTIN, C.. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SACHS, W. Introdução. In: SACHS, W (ed.) **Dicionário do Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 11-17.

SACK, R. D. O significado de territorialidade. In: DIAS, L. C; FERRARI, M. (Orgs.). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2. ed. rev., 2013.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Consequencia, 2020. 224p.

SANTOS, M. O papel ativo da geografia: um manifesto. **Revista Território**. Ano V, n.9, pp. 103-109, 2000.

SANTOS, B.S. Para uma nova visão da Europa: aprender com o Sul. **Sociologias**. Ano 18, n. 43, pp. 24-56, 2016.

SANTOS, B.S; MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, M.J.L. O território: sobre espaço e poder, autonomia desenvolvimento. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C. e CORRÊA, R.L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SVAMPA, M. Hacia una gramática de las luchas en América Latina: movilización plebeya, demandas de autonomía y giro eco-territorial. **Revista Internacional de Filosofía Política**, n. 34, 2010.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. Tradução de Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2019. 192p.